



# Anais da Assembléia

N.º 132

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 112.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes, Romero Filho (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja fornecida à Liderança da Bancada do PDS com assento nesta Casa, todos os pronunciamentos feitos da tribuna deste Poder Legislativo, durante a presente Legislatura, pelos Senhores Deputados integrantes da Bancada do Partido Democrático Brasileiro.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

— (Ao Sr. 1.º Secretário para as providências cabíveis).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, a Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Consulta à Liderança do PTB. — (Declina).

Consulta à Liderança do PDS. — (Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65/82, (Mensagem n.º 73/82, ex-Proposição n.º 59/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e o Município de Almirante Tamandaré, objetivando a adoção de ação conjunta visando à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 66/82, (Mensagem n.º 74/82, ex-Proposição n.º 60/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo (n.º 02), ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Marialva, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67/82, (Mensagem n.º 77/82, ex-Proposição n.º 61/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n.º 114/82 - SUDESUL, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, tendo como intervenientes órgãos que especifica, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68/82, (Mensagem n.º 86/82, ex-Proposição n.º 75/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e os Municípios aqui nominados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/82, (Mensagem n.º 78/82, ex-Proposição n.º 62/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos mencionados e o Município de CIDADE GAÚCHA, objetivando execução de obras de ampliação e reparos no Terminal Rodoviário da sede do referido município. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/82, (Mensagem n.º 79/82, ex-Proposição n.º 63/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos (2.º), aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os municípios mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 119/82, de autoria

to DEPUTADO JOÃO MANSUR, que autoriza o Poder Executivo a doar para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES VISUAIS, um imóvel situado no lugar denominado Santo Antônio do Tarumã, Município de Curitiba, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 126/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 127/82), Proposta Orçamentária que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Paraná para o exercício de 1983. Com Parecer FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento. (EMENDAS publicadas em Avulso). — Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Projeto de Lei 126/82 trata do Orçamento Anual para 1983. Como nos anos anteriores, a Bancada do PMDB irá se posicionar com respeito a este projeto, mesmo que tal Orçamento venha a ser executado na gestão do novo Governador José Richa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a posição da Bancada do PMDB com relação à maneira como o Orçamento Anual está apresentado e vem sendo apresentado, e por uma questão de coerência, continua sendo a mesma, consideramos este Orçamento meramente como uma satisfação formal ao Legislativo. Ousamos continuar afirmando, como viemos fazendo desde 1975, que no Paraná o Orçamento Anual não passa de uma mera lista de intenções em que nada fica obrigado o Executivo.

Sendo assim, a lei deixa de ter razão de ser, já que não podemos obrigar o Executivo a fazer, ou deixar de fazê-lo, melhor seria se não houvesse esta lei, por inócuca.

Como exemplo do que afirmamos, gostaria de deixar assinalado nos Anais da Casa, que contamos com os mesmos vícios dos Orçamentos anteriores. E assim, para citar um exemplo, na folha 413, Secretaria dos Transportes, Departamento de Estradas de Rodagem, nós vemos meramente uma listagem de obras com uma verba destinada à construção destas obras, sem justificar quais os valores, para cada uma delas. Agravado esse fato, por termos nessas relações obras praticamente prontas, obras em andamento e obras ainda a serem iniciadas.

Assim sendo, o legislador, e diga-se de passagem, o próprio Governador, fica sem condições de acompanhar a Lei Orçamentária, delegando aos diversos Secretários, aquilo que já é comum nas empresas estatais. Ficam os Srs. Secretários com o poder de decisão sobre o que fazer com as verbas que lhe são destinadas pelo Orçamento.

Somadas a isso, o fato de que, cerca de 80% dos recursos do Estado, se destinam a verbas de custeio, sobrando apenas na ordem de 20% para investimentos, e se atentarmos para o artigo 7.º, que permite ao Executivo, a manipulação em até 25% dos recursos, vemos que todo esse calhamaço, todo o esforço feito por técnicos, por gráficos, e em especial pelos funcionários desta Casa que terão de dar Redação Final a isso, é completamente supérfluo. E isto aqui não passa, repito, de uma lista de intenções, que deixa ao arbítrio já não do Governador, mas deixa ao arbítrio do próprio segundo escalão em fazer ou deixar de fazer. E a Assembléia se monta num aparafernalha toda, com custos, para examinar o supérfluo.

Outro aspecto que chama a atenção, é que o Orçamento do Estado — e eu gostaria já que estamos inaugurando nesse Estado, um novo tempo, e até como compromisso de futuro homem de situação, eu gostaria que os próximos Orçamentos a serem elaborados, já então pelo futuro Governador do meu partido, trouxesse em seu bojo, não apenas uma parcela íni-

ma, talvez um terço. E esse talvez vem a propósito, porque no Paraná, provavelmente ninguém sabe a quantas anda o real Orçamento, quanto o Estado do Paraná, como um todo, através da administração direta e da administração indireta, qual o volume de recursos, que são alocados para o Poder Público Estadual. Todo esse calhamaço não representa, senão talvez um terço de todas as receitas e gastos públicos.

Portanto, novamente a inocuidade deste documento. O ilustre Governador do Estado Hosken de Novaes, em entrevista dada à imprensa na data de ontem, publicada nos jornais de hoje, diz o seguinte, textualmente: — “Há necessidade de um relacionamento mais próximo do Governador com os órgãos finais de decisão.”

Há alguns dias atrás o Presidente Figueiredo disse em outras palavras a mesma coisa, admitindo o total descontrole em que se encontram as Estatais. A Presidência da República há pouco mais de um ano, ou de dois anos, teve de criar um órgão para controlar as Estatais. E o Sr. Hosken de Novaes, nas entrelinhas deixa isso também claro ao afirmar, repito, que há necessidade de um relacionamento mais próximo do Governador, com os órgãos finais de decisão. E como haver esse relacionamento mais próximo? Se o Documento maior, a lei maior, que gere os recursos de todo o Estado, é um documento, totalmente supérfluo?

Aí, Sr. Presidente, nos parece fica o grave problema da atual situação desse Estado. Não só a Nação não controla mais as suas estatais. Mas não existe nesse Estado, talvez nem um cidadão que possa com convicção dizer a quantas anda a TELEPAR, da qual somos acionistas minoritários, a quantas anda a COPEL, a quantas anda a SANEPAR, enfim todo esse verdadeiro catálogo de que infelizmente criadas com objetivos corretos e necessários diga-se de passagem, neste mundo moderno estas estatais são necessárias, mas, que passaram a ser como que, empresas particulares, de propriedade dos Diretores e Presidentes destas empresas.

E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, — que se a Bancada do meu partido me permitir, já que me incumbiu deste trabalho, eu vou continuar, se não eu peço à consideração da Casa, a minha manifestação de desagravo, pela incumbência, que me foi dada pela Bancada; e que não estou podendo desempenhar por que a discussão em paralelo a impede.

É por isso, Sr. Presidente, que no apagar das luzes, e, agora já mais claramente, nós somos obrigados nesta Casa, apenas referendar fatos como este. Os Srs. vejam que no dia 18 de maio de 1982, para encobrir os desacertos administrativos da Prefeitura Municipal de Curitiba, da qual o BADEP é avalista, e principalmente da qual o Estado é o segundo avalista, o Sr. então Governador Ney Braga teve de assumir compromissos para a administração de 1983 em diante. Compromissos que eu chamo a atenção desta Casa, nós não poderemos permitir sejam assumidos e, cumpridos, porque, Sr. Presidente, não é possível que, pela inoperância técnica da Prefeitura de Curitiba, na gestão do Sr. Saul Raiz, quando se construiu o monstro do terminal de Cargas do Portão.

Agora venha o Orçamento do Estado está previsto na Secretaria de Planejamento, que sejamos obrigados, o Paraná como um todo seja obrigado a pagar à URBS a importância de Cr\$ 1.135.000,00. Orçamento maior porque no Paraná apenas 20 Prefeituras têm o orçamento maior que Cr\$ 1.135.000,00. Quero deixar claro que serei o primeiro a protestar se o futuro Governador José Richa vier pagar isto para encobrir a incapacidade dos técnicos da Prefeitura de Curitiba. E no mesmo dia 18 de maio, um outro convênio vem para cá, para esta Casa novamente traindo os municípios do interior do nosso Estado.

Para encobrir a incapacidade técnica da Prefeitura de Curitiba, novamente, e para encobrir a falência da Cidade Industrial de Curitiba, o Sr. Ney Braga assina um convênio, em que destina nada menos, nada mais do que 30% do ICM gerado pelas indús-

trias estabelecidas na Cidade Industrial de Curitiba, para o Município de Curitiba. Além dos 20% constitucionais, mais 30% serão durante cinco anos, 30% do ICM gerado na Cidade Industrial de Curitiba, deverão ser devolvidos à Prefeitura de Curitiba.

Chega minha gente, meus companheiros Deputados, de estar se perdendo safras no interior, como se está perdendo a safra de feijão na costa do Iguaçu porque não existem estradas, para que, aqui em Curitiba, se façam as Ruas das Flores. Para que aqui em Curitiba se tenha a Boca Maldita, para que se façam tertúlia.

Este é o protesto que desde hoje, eu já quero fazer como futuro Deputado da Situação. Nós não podemos deixar nesta Casa, passar esses dois compromissos assumidos no apagar das luzes para encobrir a incompetência daqueles que geriram a Prefeitura de Curitiba.

Não pode o Paraná, como um todo, este Paraná que está perdendo safra — repito, hoje, por falta de estradas — não pode admitir que um bilhão, cento e trinta e seis milhões de cruzeiros sejam entregues à Prefeitura de Curitiba para comprar o “elefante branco” que se encontra no Portão. E nem que durante cinco anos, trinta por cento do ICM gerado na Cidade Industrial de Curitiba, sejam alocados a Curitiba, porque é inconstitucional, e além de inconstitucional é imoral, porque se se fez uma Cidade Industrial gigante que, hoje, está entregue ao mato, que Curitiba pague e não o interior, que produz, venha a encobrir esse gasto.

Esta incompetência, Srs. Deputados, deve existir também na COPEL, deve estar existindo na SANEPAR. E vem o Governo — Srs. Deputados, mandar um bruto calhamaço destes, que não diz nada, porque, por aqui sabemos apenas o que não se pode controlar.

Por isso, menos do que uma crítica — porque já passamos as eleições — por isso menos que uma crítica, viemos a esta tribuna para até assumir o compromisso com o Paraná. E até já ao assumir esse compromisso, nos comprometemos e exigir do futuro Governo que o Legislativo seja levado a sério, que o Legislativo venha a ter informações, venha a ter um orçamento que ele possa fiscalizar todo o Estado.

**O Sr. Gernote Kirinus** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Vossa Excelência tem razão ao levantar sua voz de protesto, em nome do homem do interior, em relação ao problema da Cidade Industrial.

Vossa Excelência se cobre de razão também em quando fala de que esse Orçamento é meramente uma lista de intenções. Uma lista de intenções, inclusive mal elaborada. Porque, nos chama a atenção — Vossa Excelência citou a área de transportes — nos chama a atenção de que não existe nenhuma referência aos recursos do PRODOPAR, que estariam sendo destinados à Região atingida pela Itaipu Binacional, onde estrada, pontes, acessos de povoados, foram interditados pelas águas do Lago; onde agricultores, depois de já plantadas suas terras, de repente viram-nas invadidas por máquinas, para abrir novos corredores, novas estradas de acesso às sedes municipais; onde estamos sofrendo, até hoje, o desligamento de uma cidade para outra, porque as pontes que já deviam ter sido construídas, mas vez que se sabia da inundação daquela área, não foram feitas. E não existe nada, no Orçamento, que diga respeito aos recursos do PRODOPAR, que seriam os responsáveis por aquelas obras.

Assim também a METRONOR que iniciou uma série de obras e que está sendo continuada. No entanto, perguntamos: essas obras serão totalmente financiadas pelo Governo Federal? Não há participação do Estado? Deverão continuar, ou irão parar? Porque não há dotação orçamentária para isso.

E assim, inúmeras falhas percebemos pela superficialidade com que são colocados os dados.

Vossa Excelência bem fez referência aos transportes, onde

vemos estradas já construídas, onde vemos uma listagem de estradas e rodovias, algumas já iniciadas, outras já concluídas, num total de 18 bilhões, no entanto, não se especifica o quanto se gastará com cada estrada.

Portanto, somente para reforçar esta sua afirmação que é coberta de razão — é, realmente, u'a mera lista de intenções, é o tratamento que dão a esta Casa; a nossa esperança é que, possamos, ao discutir o Orçamento de 83 para 84, ter um Orçamento mais sério e que esta Casa também seja levada a sério!

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Vossa Excelência tem razão, e eu tenho a satisfação de ter presentes, dois Deputados exatamente de duas regiões atingidas por dois programas especiais, realmente, em seus Orçamentos não há referências ao PRODOPAR da região do nobre Deputado Werner Wanderer, e de Vossa Excelência e, não faz referência ao METRONOR da região do ilustre Deputado Gilberto Carvalho, no Norte do Estado, METRONOR que já consumiu recursos para os projetos e que, agora, fica a pergunta no ar: foi desativado, não vai continuar?

Então, Vossa Excelência, quando levanta esses dois programas especiais, realmente vem de encontro a que, a parecer que nós não temos uma orientação segura para as suas listagens. Sabemos das dificuldades de termos um plano, uma orientação segura para o Estado, em função da nossa estrutura econômica, mas, é o momento e acho que aí é que a Assembléia Legislativa é que terá essa grande missão, com homens da futura Situação e da futura Oposição, para tentarmos fazer com que o político seja valorizado, neste Estado!

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, estou seguindo com a atenção o raciocínio de V. Ex.<sup>a</sup> sobre a Proposta Orçamentária e quero, apenas, que Vossa Excelência corrija um erro: a Rua das Flores de Curitiba, foi feita inteiramente com recursos municipais, portanto, Vossa Excelência não pode misturar “alhos com bugalhos”.

Quanto ao aparte do nobre Deputado Gernote Kirinus, em continuidade ao que Vossa Excelência está expondo da tribuna, acho que Vossa Excelência tem uma certa dose de razão. Vossas Excelências serão Governo, agora, e eu concordo, nossa Bancada concorda, desde que o Líder de Vossa Excelência e mais a Bancada de Vossa Excelência concorde, nós faremos um requerimento em conjunto, retiraremos a Proposta Orçamentária da Ordem do Dia, e nos comprometemos a votar um Substitutivo elaborado por Vossas Excelências.

Está aí o repto, está aí o desafio, é só Vossas Excelências aceitarem a nossa proposta — para que amanhã, o Governador eleito não tenha nenhuma desculpa se não puder cumprir aquilo que prometeu, em sua campanha. Então, nós queremos colaborar desde já, estamos dispostos a votar um Substitutivo Geral à Proposta Orçamentária, o Substitutivo, deverá ser elaborado pelo “staff”, pela Assessoria Técnica do futuro Governador. Nós temos tempo, hoje é dia 25, nós faremos sessões extraordinárias, sessões noturnas, e, até o dia 30 daremos o Substitutivo devidamente aprovado. Esta é a nossa colaboração.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Vossa Excelência infelizmente não está fazendo jus ao brilhantismo com que sempre se houve, nesta Casa.

**O Sr. Erondy Silvério** — Mas estou propondo uma coisa justa, nobre Deputado. Estou propondo, nós votaremos o Substitutivo, Vossas Excelências apontem os erros da atual Proposta. Eu não vejo o porquê que eu estou falando absurdo, eu estou falando isto, com sinceridade. Vossas Excelências estão apontando os erros?! Elaborem o Substitutivo e nós imediatamente votaremos. Onde que está o absurdo da nossa proposta?

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Vossa Excelência permite dizer

que, Vossa Excelência não ouviu a primeira parte do meu pronunciamento, quando eu disse que este documento é mera lista de intenções e que permitirá, a qualquer Governador eleito — já temos um Governador eleito a fazer o que bem entender? Estou aqui, em defesa do Legislativo e não, do Executivo.

**O Sr. Erondy Silvério — Perfeito!**

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Eu disse, no início do meu pronunciamento, de que, 80% das verbas dos recursos do Estado, obrigatoriamente já tem uma destinação certa e não adianta querer mudá-lo e os 20% dos investimentos — o artigo 7º da lei permite ao Sr. Governador, mudar ao seu bel prazer. Disse mais ainda, baseado na afirmação do atual Governador Hosken de Novaes, entrevista dada ontem, quando ele diz o seguinte: “Há necessidade de um relacionamento mais próximo do Governador com os órgãos finais de decisão”. Estou a dizer, inclusive, que o futuro Governador, José Richa, com esse orçamento, poderá fazer o que bem entender. Não é esse o tipo de discussão, e sim, o comprometimento para ver se no futuro Governo, não se use uma eventual maioria que iremos ter, para que a Assembléia fique à margem de uma discussão dos rumos do nosso Estado. Mas, se me permite, eu continuo, porque acho que chegaremos ao que Vossa Excelência falou.

Diz o Governador Hosken de Novaes, também o seguinte: “Um governo austero, pode controlar despesas a partir das obras prioritárias”. Conhecemos relativamente bem o Governador e conhecemos a sua idoneidade. Não vamos nos permitir dizer que há uma crítica velada e que não tenha havido austeridade e que não tenha havido eleições de prioridade. O que queremos dizer, e que pretendemos e que Deus nos dê força e que a Assembléia inclusive tome esse posicionamento, é que nos próximos orçamentos, essas prioridades sejam discutidas pelo Legislativo. Afinal de contas, quem diz das prioridades paranaenses? Os tecnocratas que nunca foram ao interior pedir um voto, por exemplo, e todos nós estamos vindo do interior, os Deputados da Capital estão vindo dos bairros da Capital, esses tecnocratas é que irão dizer quais são as prioridades do Paraná? É o próprio atual Governador que está dizendo que a eleição de prioridades e austeridade permitirão que a receita que nós temos, que não é grande, em função de uma série de fatores que têm sido denunciados, não só pela Oposição atual, mas também pelo próprio Governo, o Sr. Edson Guimarães tem sistematicamente falado do absurdo das isenções, dos incentivos que fazem com que o nosso produto, com que a nossa produção não gere recursos para o Estado? É o próprio Governador que diz aqui em sua entrevista, que dos três bilhões de cruzeiros, cujo convênio foi assinado com o Governo Federal para auxílio aos municípios, essa verba não chegou ainda e os municípios estão aí perecendo. Quer dizer, esse posicionamento, Srs. Deputados, é que nos parece ser motivo dessa discussão e desse Paraná novo que se avizinha.

Estou lembrado que ontem, nesta Bancada, diversos Deputados, inclusive do PDS, vieram cumprimentar a futura Deputada Irondi Pugliesi e como virão cumprimentar naturalmente, Dona Amélia, também Deputado, e havia uma admiração, pelo fato de termos duas mulheres no Parlamento. Acho que esse é um fato altamente significativo, para demonstrar que há uma necessidade de repensar o Paraná, termo que não é meu, é também de um Secretário de Estado do atual Governo. Mas há a necessidade de repensar. As mulheres hoje chegaram ao Legislativo, por um assombro, porque nos parece se avizinha um novo Paraná e esse novo Paraná tem, necessariamente que

passar por esta Assembléia, sob pena de que se nós, futuros homens da Situação, usarmos a maioria eventual que vamos ter, sob pena de continuarmos como está e não podermos responder a essa insatisfação que estava represada, porque se compararmos as eleições de 74 com as de 82, veremos um fato altamente significativo.

Em 74, o Brasil inteiro, 16 Estados se manifestaram contra o Governo através das eleições senatoriais. Em 82 — eu acho que deve ser altamente significativo o fato de aqui no Paraná, e não quero dizer que tenhamos vitoriosos ou derrotados no Paraná, mas aqui no Paraná houve uma grande avalanche no sentido de mudar este Estado. E se nós não compreendermos esse fato sociológico, nós, da futura Situação e os homens da futura Oposição, então esta Assembléia continuará sendo o vazio que tem sido e que não poderá continuar a ser.

Continuo, Sr. Presidente, com algumas observações feitas sobre este Orçamento. É público e notório e o Sr. Secretário de Finanças já externou isso, que, somente para o custeio, nós consumimos 80% das dotações, dos quais para o pessoal temos uma previsão de despesa de 146 bilhões, para outros custeios temos 66 bilhões e amortização e serviço da dívida de 30 bilhões de cruzeiros, isso só da administração direta. Porque, infelizmente, repito, ninguém nesse Paraná pode dizer a quantas anda as dívidas das empresas estatais da administração indireta. Mas, somente para esse custeio de pessoal, amortização das dívidas e outros custeios nós temos 242 bilhões, já comprometidos, enquanto para isso temos o nosso principal imposto fonte de arrecadação que é o I.C.M. apenas 206 bilhões, já deixando um déficit de 36 bilhões de cruzeiros. Com isso, já se prevê nesse orçamento a necessidade de novos empréstimos de 46 bilhões de cruzeiros.

Novamente, temos de afirmar aqui o que temos afirmado sistematicamente todos esses anos, estamos fazendo empréstimos para arrolar a dívida, emprestamos para pagar a dívida e o serviço da dívida, e há uma necessidade de cortar esse círculo vicioso. O Sr. Governador também na sua entrevista, diz que a dívida paranaense comparada à dívida nacional é relativamente pequena, não me conforma só esse fato, porque ela existe e está aí inserida nesse documento mostrando que ela tem de ter uma saída e essa saída passa, necessariamente, por uma discussão ampla da situação da economia paranaense. Quero, também, Srs. Deputados, aproveitar as palavras do Sr. Governador que diz que manda abrir as gavetas e as portas, para que o futuro Governador possa estudar a situação do Estado, um gesto, diga-se de passagem, muito digno do Sr. Governador, mas, seria importante também, que o Sr. Governador determinasse já que falou em austeridade e prioridade, há necessidade que a sua administração, desde já, suste as novas contratações de obra, porque não é possível e aqui está no Orçamento uma relação de obras a serem feitas, outras já praticamente concluídas, não sabemos, porque infelizmente o orçamento continua sendo uma lista de intenções, que o Sr. Governador sustasse essa contratação de apagar das luzes que talvez, ele, inclusive, não tenha sido alertado.

Os jornais estão aí com contratações de obras que o próprio Governador diz da necessidade e austeridade e de eleição de prioridades.

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência permite mais um aparte? (Assentimento).

Acho que esse apelo que Vossa Excelência está fazendo é um apelo inócuo e que jamais poderia ser atendido. Vossa

Excelência sabe que o melhor empresário, o melhor patrão é o Estado. Vossa Excelência sabe que a economia interna do Paraná gira em torno do Governo do Estado e Vossa Excelência não vai querer uma recessão de 90 dias. É o tempo que separa o atual do novo Governo dentro do Estado, o que levaria muitas firmas à insolvência e aumentaria a taxa de desemprego. Não foi isso que Vossa Excelência pregaram durante 4 anos nesta Casa.

Então é evidente que se o Governador abriu as portas e as gavetas ao Sr. José Richa, ele pode, perfeitamente, fiscalizar a contratação de novas obras, se elas são inadmissíveis, se existe os recursos alocados, se elas realmente são importante para a continuidade da vida econômica do Estado, eu não vejo porque atender o apelo de Vossa Excelência. Porque o Governador Hosken de Novaes, é um homem honesto, é um homem correto, é um homem que orgulha a geração de políticos do Paraná pela sua compostura na frente dos negócios do Estado.

Então, é evidente que não pode haver nenhuma sombra de dúvida quanto à validade dessas obras e quanto à legalidade da contratação dessas obras e não é o que Vossa Excelência está fazendo. Claro, entendo o que que Vossa Excelência pensa, mas é um apelo impossível de ser atendido e veja Vossa Excelência...

O SR. DENI SCHWARTZ — Se me permite, vou citar o exemplo do porquê dessa ponderação. Primeiro, a honestidade com relação ao Sr. Governador não foi posta em dúvida...

O Sr. Erondy Silvério — Claro, mas isso veio no decorrer do meu aparte. É evidente que Vossa Excelência não o fez e eu ressalvei a posição de Vossa Excelência. As intenções de Vossa Excelência são as mais sadias possíveis. Mas, desde que o atual Governo permitiu o acompanhamento da administração pelo futuro Governador até 15 de março, não há porque paralisar o Estado, paralisar a economia do Estado e aumentar a taxa de desemprego.

O SR. DENI SCHWARTZ — Gostaria de responder, citando exemplos. Se contratam obras novas e nós não temos conhecimento pelo Orçamento o que será feito das obras em andamento. É o caso do PROVOPAR que não constam verbas, é o caso do METRONOR, que tem um projeto. Então é nesse sentido...

O Sr. Erondy Silvério — Mas a PROVOPAR é um órgão federal.

O SR. DENI SCHWARTZ — É órgão federal mas com recursos também estaduais. Tanto que Vossa Excelência pega o Orçamento deste ano onde constam verbas para o PROVOPAR. Vossa Excelência poderá conferir isso.

Mas, continuando, Srs. Deputados, há um reconhecimento por parte do próprio Governo Estadual e o Secretário Edson Guimarães tem sido por muitas vezes em entrevistas interpelado sobre a situação da economia paranaense. Há um reconhecimento de toda a sociedade paranaense de que o nosso Estado tem sido maltratado pela União, inclusive os ilustres Deputados do PDS em diversos pronunciamentos assim já se pronunciaram.

Mas o que é grave, Srs. Deputados, é que há dois anos atrás, o Presidente Figueiredo, em Campo Grande, afirmou e reafirmou de que naquele ano seria feita a reforma tributária para dar aos Estados e aos Municípios melhores condições. O então Ministro da Fazenda, Sr. Carlos Riechbiter, não sei se

entusiasmado como autor da idéia junto ao Sr. Presidente, também deitou falação da necessidade dessa reforma tributária. Todos os Governadores atuais falaram da necessidade dessa reforma. Acontece que a cabeça do Sr. Riechbiter rolou, não sei se por esta razão arrolou e a tal reforma tributária não aconteceu.

Parece-me que esse é um outro tópico quando se analisa esta lista de intenções que deveria ser levada em consideração dos Srs. Deputados. Porque a receita que o Estado tem e as palavras não são minhas, as palavras são dos homens do atual Governo, a receita que o Estado tem, graças à cortesia com o chapéu alheio que o Governo Federal vem fazendo através das isenções e dos incentivos fiscais, transforma a economia paranaense numa economia de estado pobre. E por isso a arrecadação prevista aqui, neste documento, é praticamente toda ela gasta em custeio, deixando uma margem muito pequena para os investimentos.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso pronunciamento e a posição da Bancada, nesta oportunidade quando será votado não o Orçamento, repito, mas esta lista de intenções, este pronunciamento é apenas para que a classe política e, principalmente o PMDB, assumam este compromisso de valorização da Assembléia Legislativa e que no futuro os orçamentos que irão vir permitam o controle de todo o Estado, de todas as coisas do Estado, de todos os gastos do Estado, de toda a arrecadação do Estado. Principalmente para que a classe política venha a auxiliar o Executivo, aí sim, para que faça aquilo que o próprio Presidente Figueiredo já se confessou incapaz, de controlar o gigantismo das estatais, hoje completamente com vida paralela e acima dos interesses da Nação.

Por isto pretendemos que o Governo José Richa venha a ser um Governo aberto, de acordo com o seu compromisso, com suas diretrizes e com os seus pronunciamentos feitos em todo o Paraná, durante a campanha política.

Será lastimável se nós, a classe política, continuarmos como estamos até agora, alijados do processo de dar rumos ao Estado.

Repito aqui, um bom técnico a gente contrata, um bom político não existe no mercado de serviços nacional e internacional. O bom político é forjado nas linhas, nas vilas, nos bairros, no apertar de mãos, ao ser xingado, ao ser vaiado. Este é o bom político. O bom técnico é muitas vezes formado no conforto das universidades, no conforto dos congressos, mas que não sente o calor humano do aperto de mão, do abraço que todos nós, políticos, periodicamente somos obrigados a fazer, para nos mantermos como políticos.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, a minha inserção é rápida ao seu pronunciamento em aparte, porque me casam algumas idéias. Neste ano, pela primeira vez, fui impossibilitado de fazer uma análise pormenorizada do Orçamento até pela vivência eleitoral e a oportunidade em que a proposta chegou à Casa. Sinto muito isto. Assim mesmo quero comungar de sua opinião de que este sonho venha realmente a se realizar e que a classe política possa ser a determinante do horizonte a ser perseguido, que o técnico seja convocado para construir a estrada em que chegará este horizonte. Hoje o inverno ocorre.

A tecnocracia que se instalou no País é que passou a dar a determinante, a coordenada de tudo e o político passou a fazer parte de um sub-Poder, de um Poder que nada pode.

Há pouco, quando ouvi o Líder da Bancada, - sei que foi talvez até uma manifestação de ironia, de que nós poderíamos fazer uma proposta alternativa... quando sabemos que um orçamento do Estado começa a ser trabalhado no início do ano, levando meses e meses, centenas, centenas e centenas de técnicos, de auxiliares, de planejadores e, principalmente com a mobilização de todos os órgãos que compõem o Governo do Estado. Seria portanto nós, acima de tudo, colocarmos uma superficialidade total, se fizéssemos agora, num ato de magia, a inversão destes valores que nós queremos que sejam respeitados, os valores de que o político venha a definir o objetivo e os técnicos venham efetivamente colocar a sua capacidade para, - como arquitetos, engenheiros, construir os caminhos para atingirem os objetivos que politicamente foram definidos.

Por isto, vejo com muita simpatia não só a sua presença na tribuna, mas que possamos assumir, principalmente a partir de 83, o compromisso de conquistarmos este tempo de mudança.

Realmente somos nós que temos que construir a hora que vai mudar, não é esperar que o Governador do Estado venha construir a nova hora de mudar. Nós que haveremos de construí-la e precisa passar por aqui, em que as bancadas, seja do PDS, seja do PMDB, a partir de 83, possam exigir acima de tudo, também a assessoria com mais condições de trabalho e respeitar, portanto, e concluir o que se haverá de fazer com o dinheiro do Paraná, para que não possamos simplesmente ser subscritores daquilo que foi decidido nos gabinetes fechados e não possamos avaliar no escuro, aquilo que nós não participamos. E, acima de tudo, a grande luta maior que é colocar o Brasil no trilhos da constitucionalidade. Porque nós não podemos deixar de reconhecer que emendas, alternativas de orçamentos que se fizer aqui, se esbarraria na inconstitucionalidade. Mas nós precisamos romper isso, como? Fazendo com que no próprio Congresso Nacional possamos virar uma página da História e construirmos efetivamente a constitucionalidade da Pátria e isso só será feito através de uma modificação ampla da nossa Constituição. E nós a pregamos via Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana. Parece-me que essa intervenção que queríamos fazer. E Cumprimentá-lo porque soube parar algumas horas, alguns dias, perquirir, pesquisar e analisar folha por folha do orçamento, sei que é um trabalho difícil, estafante até porque não contamos com assessoria adequada no próprio Poder Legislativo. E isso deve-se creditar ao seu esforço e por isso os cumprimentos. E tomara nós possamos iniciar uma nova fase, mas que, acima de tudo, mais depende das nossas próprias mãos, da consciência do político de assumir o seu verdadeiro papel, não de assistente da história mas de construtor da história deste País.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. E concluo, pedindo a Deus e aos homens ...

O Sr. Gemote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte, antes de sua conclusão? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, creio que seja importante observar também em relação ao Orçamento que diz respeito a receitas e despesas do Governo Estadual, seria interessante observar de que os poderes públicos da União e de todos os estados no Brasil, a partir do modelo econômico, capitalista e dependente, deixaram de ser um simples regulador e administrador das atividades econômicas privadas. Passaram a ser agentes, ativos nos aspectos da economia. E tanto é verdade isto que,

se olharmos para os orçamentos que foram feitos durante todos estes anos, observa-se claramente o privilegiamento do setor econômico em detrimento do setor social. No Paraná nós vemos de que o setor social, foi gradativamente sendo lesado. Dado talvez o espírito pacífico do povo do Paraná, dado ao comportamento das comunidades pouco organizadas, não se sentiu, a não ser nos últimos tempos, - e aí vem o resultado redundante das eleições 82, não se sentia tanto as necessidades que haviam no sentido de serviços sociais, para atender as necessidades de serviços públicos. E é nesse sentido que eu acredito que deverá também - e o Paraná espera por uma mudança que o Orçamento, que as economias do Estado, que a receita e as despesas do Estado não estejam tão voltados à subserviência de um poder econômico capitalista e dependente implantado dentro da União, mas que realmente se liberte dessa força, desse atrelamento e comece a se preocupar mais com a área social.

Porque temos visto o prejuízo, o grande ônus social, que tem causado a orientação política e econômica do Estado, visando atender o Estado, ou colocando os cofres públicos à disposição, como uma agência de atividade econômica.

Deverá ser o Estado o regulador, o administrador, e deverá procurar - segundo a nossa ótica - um melhor atendimento à área social, onde, realmente, faltam os recursos, como no caso da Educação, Saúde e tantos outros.

E para que isso se adote, dentro de uma nova filosofia, é realmente necessário fazer uma revisão profunda, não só da política como também das dotações orçamentárias.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Vossa Excelência traz à discussão exatamente o tema que pretendo concluir no meu pronunciamento.

Se olharmos quatro anos atrás, e procurarmos, no Plano do Governo Ney Braga, veremos que, nas suas premissas, dentro do próprio Plano, o Social era destacado. E nós, inclusive, elogiávamos esse trabalho, enquanto Plano.

Diz o seu Plano, em seus diversos setores, sempre destacando o Social.

Lembro muito bem, que nesse Plano, há uma referência de que a infraestrutura paranaense de energia, estradas, já estava praticamente feita, e que havia necessidade da valorização do homem, que havia necessidade da desconcentração, em termos que agora não me ocorrem.

Enquanto Plano, tudo bem. E esse é o perigo que corremos de ficar apenas nos planos.

Passam-se 4 anos e aqui está o que me parece, e o que mais dói a este paranaense é isso.

O jornal "O Estado do Paraná" de 30 de outubro deste ano, portanto de 26 dias atrás, trazia a manchete:

"O PARANÁ CONTINUA PERDENDO POPULAÇÃO".

E gostaria, para que fique nos Anais da Casa, 4 anos decorridos, de ter sido detectado o problema da saída do paranaense para outros Estados, gostaria, para que ficasse registrado, ler alguns tópicos e é um estudo do IPARDES, portanto um estudo do Governo, não é estudo da Oposição.

"O Paraná que, na década de 70, perdeu um milhão, 102 mil habitantes, que se deslocaram para outros Estados, continuará perdendo população na década de 80, enquanto o processo de urbanização se intensificará."

Portanto, Srs. Deputados, continua o êxodo de nossa população. Nesses 4 anos, os esforços que porventura foram



desenvolvidos, o fato de ter sido detectado esse problema, não levou o Governo a achar soluções. Tanto que o próprio Governo afirma que iremos continuar perdendo população.

Mas o que agrava o problema é o seguinte, diz o jornal:

"Pelos estudos do IPARDES, mais da metade dos paranaenses que saíram do Estado foram residir justamente nos maiores aglomerados urbanos de São Paulo, 590 mil pessoas. E hoje, a sua maioria, mora em favelas e estão subempregados na Capital ou em cidades como Campinas".

Quer dizer: já sabemos da existência do problema. Já sabíamos há 4 anos atrás. E todo um plano voltado para o social não levou a nada, porque continuamos com o problema. E isso é altamente preocupante, por isto, me parece que a classe política, ao se discutir essa lista de intenções, eu cumprio o meu dever de chamar a atenção porque sangra, a todo paranaense, a perda desses homens que aqui não podem mais viver, estas terras que são as melhores do mundo, estão perdendo gente. Por que? Por que o povo não é bom? Não é isto. Então, cabe ao governante achar soluções, mas enquanto estivermos tratando de documentos da maior importância como é o Orçamento do Estado, a maneira como estamos tratando, paranaenses continuarão a sair do nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Em votação o Projeto de Lei n.º 126/82. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 109/82 (Mensagem n.º 167/82, ex-Proposição 138/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio n.º 02/82, celebrado entre o Estado do Paraná e a Petróleo Brasileiro S/A, o Banco do Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem, visando o fornecimento de material para aplicação em obras de pavimentação do Sistema Viário do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 138/82

P A R E C E R:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 109/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio n.º 02/82, celebrado em 04 de outubro de 1982, entre o Governo do Estado do Paraná e a Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS, figurando ainda, como signatários, a PETROBRÁS Distribuidora S/A, o Banco do Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando o fornecimento de materiais para aplicação em obras de pavimentação do Sistema Viário do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 138/82

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental, a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS e demais órgãos que enumera para os fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de Convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, ad referendum deste Poder Legislativo (Art. 47, inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o Convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual nosso parecer é favorável a sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 175/81, 61, 112, 116, 117, 121 e 125/82, e dos Projetos de Resolução n.ºs 49, 50, 51, 52 e 53/82.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/82

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/80 e do Projeto de Resolução n.º 109/82.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 71, 72, 73, 74, 75 e 76/82.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 111/82.

Levanta-se a sessão.

#### 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 19.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Paulo Camargo e Ezequias Losso.

Às 15,35 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsini, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Romeiro Filho (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 38/82, que concede pensão de que trata a Lei n.º 7568/82, conforme especifica. (Pensão de viúva de Parlamentar). - **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI N.º 38/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica concedida à viúva de ex-Parlamentar, falecido no exercício do mandato e vitimado por morte não natural, o direito à percepção de pensão mensal, na base de oito (08) salários mínimos regionais, nos termos de que trata o Art. 1.º, da Lei n.º 7568, de 11 de janeiro de 1982.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente e Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 41/82, que aprova o Convênio n.º 04/82 - SETR, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município citado, objetivando a prestação de cooperação técnica e financeira ao referido município para execução de obras do sistema viário. - **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 41/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio n.º 04/82-SETR, celebrado em 12 de março de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de UNIÃO DA VITÓRIA, objetivando a prestação de cooperação técnica e financeira ao referido município para execução de obras do sistema viário.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
ANTÔNIO COTRIM — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 42/82, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios citados, visando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano. - **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 42/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios de CAMPO LARGO, CONTENDA E QUATRO BARRAS, firmados em 05/03/82, e PIRAQUARA, firmado em 16/03/82, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
ANTÔNIO COTRIM — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 45/82, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, que através de Órgãos que especifica e os Municípios citados objetiva aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região

Metropolitana de Curitiba — COMEC, em obras de interesse metropolitano. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 45/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios de MANDIRITUBA, firmado em 17/03/82, COLOMBO e RIO BRANCO DO SUL, firmados em 19/03/82, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, firmado em 21/03/82, QUATRO BARRAS, firmado em 30/03/82, CONTENDA, firmado em 31/03/82, e PIRAQUARA, firmado em 07/04/82, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC em obras de interesse metropolitano.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
ANTÔNIO COTRIM — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 46/82, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e os Municípios que enumera, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos de 1982. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios de S. JOSÉ DOS PINHAIS (19/82), firmado em 04/03/82, CAMPINA GRANDE DO SUL (12/82), e CAMPINA GRANDE DO SUL (23/82), firmados em 17/03/82, BALSA NOVA (10/82), BALSA NOVA (21/82), COLOMBO (14/82) e RIO BRANCO DO SUL (18/82) firmados em 19/03/82, BOCAIUVA DO SUL (11/82), e BOCAIUVA DO SUL (22/82), firmados em 24/03/82, QUATRO BARRAS (17/82), firmado em 30/03/82, ARAUCÁRIA (09/82), ARAUCÁRIA (20/82), CAMPO LARGO (13/82), CAMPO LARGO (24/82) e CONTENDA (15/82), firmados em 31/03/82, e ALMIRANTE TAMANDARÉ (08/82) e PIRAQUARA (16/82), firmados em 07/04/82, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota-Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos de 1982, nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
ANTÔNIO COTRIM — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 47/82, que aprova o Termo de Ajuste n.º 01, ao Convênio SISNIC n.º 01/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando cooperação técnica e financeira com vistas à elaboração do projeto "PESQUISA CONJUNTURAL DO COMÉRCIO VAREJISTA". — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**



Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Ajuste n.º 01, datado de 16 de março de 1982, ao Convênio SISNIC n.º 01/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando cooperação técnica e financeira com vistas à elaboração do projeto "PESQUISA CONJUNTURAL DO COMÉRCIO VAREJISTA".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 48/82,

que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão que especifica e o Ministério da Indústria e do Comércio, através do Conselho de Desenvolvimento Comercial, visando a realização da "X FENAM-FEIRA NACIONAL DA MADEIRA".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.